



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL - PERSPECTIVAS E
DESAFIOS**

MARIA DA PAZ BARROS MAIA

ORIENTADORA: ANA CLÁUDIA RODRIGUES FERNANDES

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA DA PAZ BARROS MAIA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL - PERSPECTIVAS E
DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Ana Cláudia Rodrigues Fernandes.

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DA PAZ BARROS MAIA

O PROCESSO DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL - PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ANA CLÁUDIA RODRIGUES FERNANDES (Orientadora)

LUIS ROBERTO MARTINS (Examinador)

MARIA DA PAZ BARROS MAIA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo André e ao meu filho Guilherme por terem me apoiado e por entenderem os momentos em que deixei de estar ao lado deles para me dedicar a este estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, de quem vem a força nos momentos difíceis.

A minha família, pelo apoio.

As professoras tutoras do curso e coordenadora dos trabalhos de pesquisa, pela dedicação.

As professoras, pedagogas, outros profissionais e membros da comunidade escolar, que colaboraram com minha pesquisa.

As minhas amigas e colegas de trabalho Cristina, Júnia e Rosane por estarem sempre me incentivando nos momentos de desânimo. Ao diretor da escola que possibilitou esse trabalho. Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa relata a experiência de uma escola inclusiva, suas dificuldades e desafios a serem enfrentados e o processo de implantação de uma estrutura montada com equipamentos adaptados, de uma sala de recursos, como um instrumento, na busca de um ambiente favorável à inclusão. A pesquisa foi realizada numa escola de ensino fundamental e médio, no município de Ipatinga, Minas Gerais. O objetivo dessa pesquisa foi mostrar as mudanças que as escolas têm que passar para atenderem à diversidade, como por exemplo: adaptações arquitetônicas e práticas pedagógicas, tendo a estrutura de uma sala de recursos, como parceira na inclusão. A Fundamentação Teórica pautou-se na trajetória escolar da inclusão e os direitos amparados pela Constituição Federal de 1988. A metodologia utilizada foi a qualitativa como uma relação direta entre o contexto e ação. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, conversa informal, observações, para a coleta de dados. Este trabalho contou com a participação de professores, pedagogas e outros membros da comunidade escolar. O resultado mostrou o caminho percorrido pela comunidade escolar, seus desafios, suas expectativas na busca da inclusão. Sendo assim, a pesquisa realizada permitiu compreender, que, apesar da escola ser inclusiva e possuir acessibilidade com as reformas físicas realizadas para os alunos com necessidades especiais, ainda caminha no processo desse desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Diversidade. Perspectivas, Desafios.

SUMÁRIO

RESUMO	06
1 APRESENTAÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Inclusão e Sala de Recursos	12
2.2 A Sala de Recursos como Apoio à Inclusão	13
2.3 Perfil do Professor da Sala de Recursos	16
2.4 O Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recurso Apoio à Inclusão em Minas Gerais	17
3 OBJETIVOS	21
3.1 Geral	21
3.2 Específicos	21
4 METODOLOGIA	22
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	22
4.2 Contexto da Pesquisa	22
4.3 Participantes	22
4.4 Materiais	23
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	24
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	24
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 Ambiente das entrevistas	26
5.2 Entrevistas e análises	26
5.3 Entrevista com Assistente Técnico de Educação Básica	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	41
A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Professor de Sala Regular (Modelo)	41
B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Professor de Sala de Recursos (Modelo)	42
C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Professor de Apoio (Modelo)	43
D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Coordenador Pedagogo (Modelo)	44
E – Conversa Informal – Grupo de Professores	45
F - Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Assistente Técnico de Ed. Básica(Modelo)	45

ANEXOS

47

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

47

1 APRESENTAÇÃO

Durante muitos anos atuei em sala de aula como professora. Atualmente, faço parte do grupo de profissionais efetivos do quadro administrativo da escola estadual “Duque de Caxias” (nome fictício). Ao ficar sabendo que a escola seria escolhida como polo para o atendimento educacional especializado, e seria implantada uma sala de recursos para o apoio, como um recurso a mais aos alunos com necessidades educacionais especiais, resolvi escolher como pesquisa de conclusão do curso, o tema inclusão abordando, também, a sala de recursos. Busquei conhecer os desafios e as expectativas criadas em torno desse processo, utilizando essas informações para a montagem de uma pesquisa sobre o assunto, para obtenção de dados concretos coletados através de entrevistas, trocas de informações, observações e estabelecer relações através de conclusões baseadas nas leituras de estudiosos no assunto como: Góes (2008), Moretti (2015), Sá (2000) e outros citados no trabalho.

Como funcionária da escola estadual “Duque de Caxias” acompanho e vivencio as dificuldades entre os colegas educadores na condução desse processo educativo, relativamente novo e importante chamado de inclusão.

São notórias as dificuldades que as escolas e professores enfrentam com a inclusão desses alunos. Partindo do contexto escolar onde sempre acontecem conflitos e questionamentos, a partir da diversidade e compartilhamento de interesses, contradições, valores, identidades, os profissionais que nela atuam ficam expostos a conflitos, pois imprimem o modo de agir, as escolhas, as decisões e a organização dos tempos e dos espaços.

Em meio a esse turbilhão de conflitos, os programas de inclusão, apesar das contradições, têm avançado na mudança de enfoque e na possibilidade de escolarização dos educandos no ensino regular, atendimento especializado, integração social da criança de rua e inclusão de jovens e adultos, dentre outros, mediante a convivência escolar, facilitando o acesso aos bens de serviço coletivo, com eliminação de preconceitos. Portanto, é um tema relevante e que traduz ainda muitos questionamentos e reflexões em torno da inclusão efetiva desses alunos, o preparo dos professores, a estrutura da escola e a sala de recursos como a opção de suporte real para os profissionais de apoio.

Sendo assim, o espaço físico de uma escola tem que estar ligado ao seu processo de aprendizagem e, nesse caso, adequado para incluir as diferentes especificidades de seus alunos. A escola é um lugar de aprendizagem, onde se reúnem pessoas de diferentes ideias, um espaço que incentiva a aprender. É importante que sua infraestrutura e seu espaço físico sejam estimulantes e desafiadores para tal finalidade: o de aprender. Segundo Vygotsky

(apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 56) ”o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”.

Como funcionária dessa escola, expus minhas considerações para alguns colegas funcionários e educadores sobre algumas dúvidas e temores que certamente cercam essas novas situações. Fizeram parte dos questionamentos as leis de inclusão, a inclusão propriamente dita, a aceitação dos alunos especiais, o preparo dos professores, o projeto pedagógico da escola referente à inclusão e a sala de recursos.

O interesse pelas salas de recursos se deve ao fato de que nos últimos anos, esses espaços de aprendizagem especializados, passaram a ter destaque nas discussões referentes à Educação Especial, principalmente, no que diz respeito ao processo de escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais, na sala de aula regular.

Para que a escola tenha em seu ambiente esta sala de recursos, é necessário um longo processo de estudos e aprovações da Secretaria de Educação de Minas Gerais, da Superintendência Regional de Ensino, além do apoio do Ministério da Educação (MEC) e de parcerias que a escola precisa conseguir para que se concretize a implantação da sala de recursos.

Outro fator é que de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Educação Básica, publicada pela Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças.

Também, o Projeto Político Pedagógico (PPP) que define os fundamentos da estrutura escolar deve ser coerente com os propósitos de uma educação que acolhe.

Foi objetivo, desta pesquisa, focar a educação inclusiva e, ao mesmo tempo destacar a sala de recursos como um ambiente propício para os alunos com necessidades educacionais especiais, através de uma amostra do processo de implantação de uma sala, em uma escola estadual do município de Ipatinga, que atende a alunos com necessidades educacionais especiais diversas.

A presente pesquisa foi dividida em capítulos que abordam assuntos como: a inclusão na escola, a inclusão e sua relação com a sala de recursos, a sala de recursos no ambiente escolar e como apoio à inclusão, o atendimento especializado-sala de recurso como apoio à inclusão, os objetivos da pesquisa, a metodologia usada, seu contexto, participantes, materiais utilizados, instrumentos para a coleta dos dados, procedimentos e análise de dados, e, finalmente as considerações finais e referências bibliográficas utilizadas para o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, no Ensino Fundamental e Médio, é questão de discussão em vários setores da área educacional. Por inclusão entende-se que não é só colocar os alunos em sala de aula, mas criar um ambiente propício para que eles se sintam realmente incluídos.

Conforme Sá (2010) a expressão necessidades especiais surgiu com a intenção de amenizar ou neutralizar a forma considerada pejorativa para a distinção dos indivíduos que apresentam limitações físicas, motoras, sensoriais cognitivas linguísticas ou ainda síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes etc.

Nessa perspectiva, podemos dizer que indivíduos cegos apresentam necessidades consideradas especiais, porque a maioria das pessoas não necessita dos recursos e ferramentas por eles utilizados para ter acesso à leitura, à escrita e para se deslocar de um lado para outro, em sua rotina. Essas pessoas necessitam, por exemplo, do sistema Braille, de livros sonoros, de leitores, de softwares com síntese de voz, de bengalas, cães-guia ou guias humanos. O mesmo raciocínio se aplica às pessoas que necessitam de muletas, cadeiras de rodas ou andadores para sua locomoção. Da mesma forma, os surdos valem-se da linguagem gestual e da experiência visual em sua comunicação. Existem também aqueles que necessitam de cuidados especiais para a alimentação, o vestuário, a higiene pessoal e outros hábitos ou atividades rotineiras. Em tais casos, essas pessoas necessitam desenvolver habilidades, funções e aprendizados específicos. (SÁ, 2010, p. 10).

De acordo com Arnal & Mori (2003) a inclusão escolar advém de uma proposta representativa dos valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal de 1988 impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar a política de inclusão como um direito público para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade. Neste contexto, não há como evitar os impasses na instauração da política de inclusão escolar, já que é recorrente a ideia de que os alunos aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo. A escola inclusiva, no entanto, tem como eixo principal o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade dos sujeitos que a compõem.

A partir dos direitos iguais garantidos no texto da Constituição Federal de 1988 "para todos os cidadãos, independente de cor, religião, sexo, e outros" fica estabelecido, então, a

igualdade de acesso à educação. Para os alunos com necessidades educacionais especiais, ficam asseguradas matrículas nas redes regulares de ensino público e nos atendimentos especializados – sala de recursos – na própria escola ou na mais próxima da residência do aluno. Houve, também, a obrigatoriedade de as escolas se adequarem para incluir os alunos com necessidades diferenciadas.

O atendimento a esses alunos deve ser especializado, para completar ou mesmo suplementar à escolarização. As leis também especificam que não deve haver mecanismos que levem à evasão de qualquer aluno. Quanto à capacitação dos professores, as leis estabelecem que devam participar dos cursos de formação continuada como o sistema Braille, Libras e demais treinamentos para que possam lidar com a diversidade em sala de aula. (LDB, art. 59)

Arnal & Mori (2003) defendem a ideia de que a metodologia relacionada ao ensino inclusivo deve ser com qualidade metodológica, capaz de motivar o aluno a participar das atividades escolares. Deve ser capaz, também, de identificar e sanar as dificuldades detectadas, respeitando o seu processo diferenciado de aprendizagem. A escola inclusiva representa, não só, uma experiência de convivência, de socialização, mas também, uma possibilidade efetiva de aprender.

Um sistema educacional inclusivo, em consonância com os postulados da Declaração de Salamanca (1994), deve se ajustar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, resultou em avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos com as “Salas de Recursos”, disponibilizando, recursos necessários, para o atendimento aos alunos, com necessidades especiais.

Dessa forma, a sala de recursos que vem sendo efetivada em várias escolas inclusivas tem por objetivo colaborar com a prática pedagógica dos professores que trabalham com os alunos de necessidades especiais, uma vez que, sozinhos, apenas com a formação precária que geralmente conseguem ao estudar, não suscitarão uma educação de qualidade que contribua para o processo de inclusão. (BRASIL, 2009).

2.1 Inclusão e Sala de Recursos

Conforme Arnal & Mori (2003) a constatação de que as instituições de ensino não estão preparadas nem estruturadas para incluírem os alunos com necessidades educacionais especiais é evidente, pois basta que se observe como os alunos são colocados em salas de aula regular. Parece que os órgãos responsáveis pela educação não se preocupam em buscar ações que transformem em realidade o caráter inclusivo da educação, presente nos textos da legislação. Entretanto, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando

atender a demanda dos alunos nelas matriculados. Esse trabalho de adequação não tem sido fácil para as escolas devido à falta de estrutura básica e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade, presente nas salas de aula.

De acordo com Coelho (2003, p. 58),

é fácil observar que são múltiplas e diversas as dificuldades em termo da inclusão das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades, na educação brasileira atual. Podem se destacar entre outros a falta de conhecimento da escola sobre a situação dessas pessoas, a precariedade histórica do investimento em educação e a dificuldade que os professores têm vivido, em torno da sua formação profissional.

Sendo assim, a

Educação inclusiva pressupõe muito mais do que a garantia de vaga no sistema comum de ensino para os alunos com deficiência. Pressupõe uma reorganização das escolas, de forma a torná-las aptas a receber todos os alunos que procuram garantir respostas pedagógicas efetivas às necessidades que os alunos apresentam, de forma a promover não só o seu desenvolvimento social, através da convivência com seus pares não deficientes, mas também proporcionar-lhes o acesso ao processo de aprendizagem. (COELHO, 2003, p. 62)

Conforme Góes (2008, p. 63) relata,

é preciso considerar alguns aspectos importantes em relação à implementação do material pedagógico adaptado: a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula, a seleção, adaptação e utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem, o planejamento das estratégias de ensino, a pluralidade metodológica (ensino e avaliação) e a flexibilização da temporalidade.

O autor ainda define o material pedagógico adaptado como “ferramenta e não como fim, e que propicia a interação, convivência, autonomia e independência nas ações; aprendizado de conceitos, melhoria de autoestima e afetividade” (GÓES, 2008, p. 68). As adaptações são aquelas que poderão ser modificadas no currículo e pelo educador.

De acordo com Moretti & Corrêa (2009) em relação às intervenções pedagógicas, como projetos de alfabetização, apoio com a linguagem de sinais, apoio de psicopedagogo, atividades com computadores, TV, teatro, produção de textos, tudo isso relacionado aos objetivos propostos na área da aprendizagem, estas devem responder a uma adequação postural.

Moretti & Corrêa (2009) afirmam que para atender aos alunos especiais é necessário que a escola possua:

Equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas, recursos e equipamentos, textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação e criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar. (Moretti & Corrêa, 2009, p. 54).

Todos esses recursos disponibilizados no atendimento especializado ainda contam com a seguinte contribuição de Góes (2008) quando afirma que:

Tanto o ambiente quanto os recursos, devem minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais do indivíduo e potencializar suas habilidades; sendo a chamada tecnologia assistiva, ou seja, buscar apoio na área que desenvolve instrumentos, recursos, aparelhos ou procedimentos, que ampliam a ajuda aos que necessitam de um atendimento diferenciado, restaurando a funcionalidade nos momentos de aprendizagem. (Góes, 2008, p.52)

Conforme a pesquisa realizada, no Brasil, a nomenclatura tecnologia assistiva não é muito conhecida, essa tecnologia de assistência é composta por equipamentos que são adaptados, recursos tecnológicos como computadores, DVDs, televisão e outros, atividades motoras que são adaptadas conforme as necessidades dos alunos e mais recente, chamada de ajuda técnica.

Em 2008, o Ministério de Educação e Cultura – MEC publicou um documento enfatizando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este foi considerado um grande passo para a implantação da política pública de educação inclusiva nos estados e municípios. A partir deste documento, outros decretos, resoluções e leis começaram a surgir em defesa dessa caminhada para incluir todos no sistema educacional, independente das limitações e diferenças apresentadas por cada sujeito. (BRASIL, 2009).

A Resolução de nº 4, de 02 de outubro de 2009, garantiu aos que possuem necessidades especiais o direito a dupla matrícula: nas redes do ensino regular e nas Salas de Recursos, bem como a garantia ao Atendimento Educacional Especializado– AEE como complemento à escolarização diminuindo as barreiras da exclusão na sala de aula do ensino regular e na sociedade salienta o art. 2 desta resolução:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade

e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades educativas especiais ocorrem em salas de recursos, que tratam de espaços implantados na própria unidade escolar em parceria com as esferas de governo federal, estadual e municipal.

As Salas de Recursos são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

O trabalho realizado nas salas de recursos deve acontecer, sempre, com o auxílio de materiais adaptados às deficiências desses educandos (GÓES, 2008). Deve-se também oportunizar um trabalho colaborativo com todos os envolvidos e uma avaliação contínua dos resultados.

2.2. A Sala de Recursos como Apoio à Inclusão

A sala de recursos é um auxílio para a Educação Básica, deve ser vista como um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica para complementar a escolarização de alunos que apresentam deficiências intelectual, física, neuromotora, habilidades como a superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, que estejam matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2007).

A sala de recursos é um serviço de natureza pedagógica, que deve ser conduzido por professor especializado, para suplementar (no caso dos superdotados) e complementar (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns (BRASIL, 2007, p. 50). Sendo que

[...] Esse serviço é realizado em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...] (BRASIL, 2007, p. 51).

Partindo desta premissa, os estados da federação passaram a considerar a oferta da sala de recursos, no espaço escolar do ensino regular, como sendo um dos atendimentos da

Educação Especial, visando contribuir para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns. Para demonstrar a aceitação da posição da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação passaram, também, a legislar sobre esse serviço (BRASIL, 2007, p. 54).

Para Moretti & Corrêa (2009, p. 48) um ambiente como a sala de recursos, implantada em uma escola, favorece muito os alunos e também aos professores da sala regular e de apoio já que ambos devem trabalhar em conjunto na inclusão. Além de oferecer apoio educacional para complementar a aprendizagem, garante um melhor desempenho aos alunos com necessidades especiais motivando-os a obterem o sucesso escolar.

Entretanto, Arnal & Mori (2003, p. 3) alertam para o fato de que a sala de recursos só pode ser considerada instrumento de inclusão "[...] desde que consiga atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão em situações de aprendizagem no ensino regular".

Seguindo o raciocínio de Arnal & Mori, a sala de recursos deve ser utilizada com competência e muita responsabilidade, para que de fato possa favorecer a inclusão dos alunos especiais. Ela não deve ser vista como um ambiente a mais a ser usado pela escola, e sim, um ambiente que proporciona situações de aprendizagem, onde os alunos se sintam incluídos e possam mostrar as habilidades que possuem a despeito de suas limitações.

2.3. Perfil e Atribuições do Professor da Sala de Recursos

Para atuar na sala de recursos multifuncionais segundo o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2006) o professor desse atendimento deverá ter

curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (BRASIL, 2006, p. 17).

O professor da sala de recursos tem como atribuições:

- atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais;

- atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;
- orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;
- orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;
- articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva. (BRASIL, 2006, p. 17)

Ainda segundo o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2006) o professor tem a obrigatoriedade de estar presente nas reuniões pedagógicas, participar do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, além de desenvolver ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola a fim de promover a inclusão escolar.

Meirieu (2006) afirma “Abrir uma escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola.” Uma escola deve ser um espaço onde as diferenças possam seguir juntas, resultando numa sociedade mais justa, solidária.

2.4 O Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recurso Apoio à Inclusão em Minas Gerais

O Programa de Estruturação, desse ambiente escolar, da sala de recursos, vem sendo implantado no Estado de Minas Gerais em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a cada ano vem aumentando o número de alunos que são atendidos por ele. Esse espaço cumpre os princípios estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais da educação inclusiva, utilizando-se de variados e ricos recursos tecnológicos e pedagógicos de acessibilidade aos alunos com necessidades físicas, transtornos globais de desenvolvimento e superdotados/altas habilidades.

Conforme a Secretaria Estadual de Educação – MG (2008) para que essa estrutura seja implantada em uma escola é necessário que se estabeleça as prioridades conforme realidade a partir das competências que envolvem a escola, a Superintendência Regional de Ensino, o Órgão Central e o MEC.

A Secretaria Estadual de Educação–MG (2008) ainda observa que esse processo da implantação da sala de recursos tem como objetivo geral apoiar a organização e a oferta do atendimento especializado de forma complementar ou suplementar aos estudantes que demonstre qualquer tipo de transtorno, assegurando a eles condições de acesso, participação e aprendizagem. Como objetivos específicos, assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino, além de prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem.

Para que a escola receba a visita do analista da Superintendência Regional de Ensino (SRE), ela necessita preencher o Formulário–Escola, com informações gerais da escola sobre a rede física, espaços de apoio, tipo de atendimento oferecido pela escola, carga horária, alunos que são atendidos em outras instituições, formação do corpo docente, número de alunos com necessidades especiais, monitores para a sala de recursos e a formação especializada, organização e funcionamento desse espaço, condições de acessibilidade dos alunos. (Dados coletados, do formulário enviado, pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais)

Além de tudo isso, é preciso que a escola tenha um projeto pedagógico específico para o desenvolvimento das atividades relativas ao espaço de atendimento especializado, como também, dados dos profissionais de suporte e os recursos pedagógicos, tecnológicos e equipamentos utilizados para esse atendimento. (Dados coletados, do formulário enviado, pela Superintendência de Estado de Educação de Minas Gerias).

Em Minas Gerais, o cadastro escolar na rede pública de ensino é único e obrigatório, inclusive para aqueles alunos que apresentem necessidades especiais. Ao indicar a escola, a Comissão Municipal de Cadastro deverá considerar os seguintes critérios:

Escola pública comum da rede regular de ensino mais próxima da residência do aluno e em melhores condições de acesso; Outra escola pública em condições de acessibilidade conforme a necessidade apresentada; A família deverá apresentar laudo médico sobre as especialidades apresentadas (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - MG, 2008)

De acordo com Ministério da Educação (2007) para montar esses espaços, a escola recebe materiais didáticos e pedagógicos, os espaços (às vezes existem escolas que são polos, isto é, atendem alunos de diferentes escolas como é o caso desta escola da pesquisa), mobiliários e equipamentos para os sistemas de informação e comunicação.

Ainda conforme o Ministério da Educação (2007) entre os materiais destinados ao uso direto dos alunos para a realização de suas atividades, incluem notebook, livros acessíveis, kit cegueira, kit baixa visão, kit Comunicação Suplementar Alternativa (CSA), para aqueles que apresentam disfunção neurológica grave a autismo. Além disso, são destinados à escola para serem também utilizados pelos alunos recursos multifuncionais, entre eles, kit de jogos pedagógicos, materiais esportivos adaptados e equipamentos de tecnologia assistida todos disponibilizados pela SEE/MG.

De acordo com o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado” os alunos a serem atendidos na sala de recursos são os que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares e alunos que evidenciam altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande dificuldade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico. (BRASIL, 2006, p. 16).

De acordo com o documento acima para o atendimento educacional especializado do MEC “incluem-se, nesses grupos, alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como, autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros” (BRASIL, 2006, p.16).

Desse modo, o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado” reafirma que a sala de recursos deve estar organizada e preparada para receber alunos com dificuldades múltiplas. O professor, responsável pelo trabalho, na sala de recursos, deve estar sempre preparado para as dificuldades demonstradas pelos alunos especiais, cabendo a ele e aos demais responsáveis pela inclusão, na escola, buscarem meios de ajudar os alunos a superar os obstáculos e desenvolverem suas aprendizagens. (BRASIL, 2006).

Porém, a sala de recurso não deveria ser vista como a melhor estratégia para trabalhar a inclusão. Uma escola que se diz inclusiva, deve adotar um ensino colaborativo onde todos dividem responsabilidades de planejar, ensinar e avaliar. É preciso contar com várias formas de apoio à inclusão. Como por exemplo: um trabalho de ajuda mútua entre os profissionais de

ensino, ajuda de outros especialistas como apoio ao professor da sala comum, o apoio da família dos alunos e o apoio da sala de recurso.

Para (MENDES, CAPELLINI, 2007a, 2007b) “Se os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos nas salas comuns, todos os recursos pedagógicos, adaptados às suas especificidades, dos quais eles podem ser beneficiados, deveriam ir junto a eles para as salas comuns, incluindo entre eles, o professor especializado.”

Entretanto, como o ensino das salas comuns das nossas escolas não tem como atender às necessidades educacionais especiais, desses alunos, em sua estrutura, conta com a infraestrutura de apoio, montada, das salas de recursos.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar as condições, os desafios enfrentados pela comunidade escolar, no processo da educação inclusiva.

3.2 ESPECÍFICOS

- Analisar o ambiente escolar observando suas características e prontidão para inclusão;
- Conhecer a visão que os profissionais (gestor, pedagogos e professores) têm em relação à educação inclusiva;
- Conhecer o processo de implantação de uma infraestrutura, como a sala de recurso, e expectativas de contar com mais esse apoio à inclusão.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Na busca da construção do conhecimento é importante a comunicação e trocas de informações entre os participantes do processo.

Conforme Oliveira (2010, p. 55-56) “quando se decide por um tipo de pesquisa, deve-se considerar se a pesquisa a ser desenvolvida será qualitativa, quantitativa ou “*quali - quanti*”.

Neste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que, ela tem por características captar a situação ou o fenômeno em toda a sua extensão; levantar possíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão; colher informações, examinar cada caso separadamente e construir um quadro teórico geral (método indutivo).

4.2 Contexto da Pesquisa

A Escola Estadual “Duque de Caxias” (nome fictício) de Ensino Fundamental II e Médio, com quase dois mil alunos, da cidade de Ipatinga - MG funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. No entanto, as salas regulares inclusivas estão nos turnos matutino e vespertino.

A escola possui 20 alunos com necessidades especiais, que são auxiliados por professores de apoio, contratados pelo estado e tem como função acompanhar esses alunos, diariamente, auxiliando-os na aprendizagem, sendo também parceiros dos professores regentes da sala, ajudando-os na mobilidade e higiene pessoal.

Através das situações de contato com a instituição percebeu-se que a referida escola possui um ambiente propício para receber alunos com necessidades educacionais especiais apesar, de ainda não ter esse espaço adaptado para esse atendimento, como mais um instrumento, na luta a favor da inclusão. Além disso, havia um ambiente acolhedor e respeitoso entre os demais alunos e funcionários em relação aos alunos que apresentavam necessidades especiais.

4.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram: a Coordenadora do ensino médio, professora de sala regular, professora de apoio que presta assistência ao aluno especial dentro da sala

regular, professora da sala de recursos, que prestará assistência quando estiver pronta, e assistente técnica da secretaria que cuida da matrícula dos alunos com necessidades especiais. Abaixo um quadro demonstrativo de dados dos participantes dessa pesquisa:

Quadro 1 – Perfil dos Pesquisados

Participante	Sexo	Idade	Formação	Experiência
Coordenadora do ensino médio	feminino	58 anos	Pedagogia e Pós- graduada em Psicopedagogia	10 anos na escola e vários anos de sala de aula.
Professor da sala regular	feminino	49 anos	Geografia, História, OSPB, EMC	25 anos
Professor de Apoio	feminino	45 anos	Pedagogia, Normal Superior. Pós-graduada em Ed. Especial	2 anos na escola
Professor da sala de recurso	feminino	38 anos	Pedagogia, Especialização em Ed. Infantil e TGD	Vários anos em creche e 6 meses em AEE
Assistente Técnica da Ed. Básica	feminino	48 anos	Magistério, Secretariado Pedagogia	20 anos na área

Para a realização desse trabalho, foi necessário solicitar primeiramente uma autorização dos participantes para que a pesquisa fosse realizada, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo A).

4.4 Materiais

Para a realização do presente trabalho foram utilizados os seguintes materiais:

- 1- Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE);
- 2- Gravador de áudio;
- 3- Material de consumo: computador, impressora, folhas em branco para os registros das informações, apostilas de dados impressos, da escola, utilizados para a pesquisa;
- 4- Formulário para entrevista semiestruturada.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização de qualquer tipo de pesquisa é necessário a utilização de um adequado instrumento de coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho. Nesse caso

foram escolhidas as entrevistas semiestruturadas com abordagem sobre a prática de cada participante no contexto de uma escola, que busca a inclusão, no seu trabalho.

Além disso, buscamos as informações sobre expectativas, positivas ou não, com a implantação da sala de recursos e informações sobre as matrículas desses alunos. Foram também coletados dados das pessoas envolvidas garantindo-lhes o resguardo de suas identicações.

O tipo de entrevista semiestruturada foi escolhido porque, de acordo com Manzini (2003) e Triviños (1987), é possível planejar o roteiro elaborado, de acordo com o tema investigado.

Nas entrevistas, na busca das informações foram elaboradas questões sobre as estratégias para incluir alunos especiais, sobre o Plano de Desenvolvimento Individual, sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, sobre a relação aluno/professor, escola/família, articulação entre professores e expectativas esperadas no atendimento especializado oferecido nas salas de recursos.

Nas entrevistas, nas conversas, foi possível conhecer dos participantes a visão que têm a respeito da educação inclusiva e a forma que a escola se organizou para desenvolvê-la.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

A escolha da escola “Duque de Caxias” deveu-se ao fato de ser uma instituição que atende alunos da educação inclusiva e a pesquisadora fazer parte do quadro de profissionais da mesma. Os participantes são profissionais que trabalham direta e indiretamente com os alunos, além do gestor que é o responsável direto pela administração da escola.

Todas as participantes demonstraram boa vontade em participar da pesquisa, além disso, foi um momento em que todos puderam opinar sobre um assunto considerado ainda polêmico e onde muitos profissionais se sentem inseguros diante da nova realidade de lidar com novas metodologias, mediante as necessidades dos alunos sobre as quais a maioria não possui conhecimentos específicos.

A abordagem para a realização da pesquisa foi feita através da solicitação da pesquisadora aos colegas de profissão, que estavam cientes da proposta contida neste trabalho. Na abordagem, os participantes relataram as dificuldades, os desafios e as expectativas criadas em torno desse processo de inclusão. Foram utilizados para essas informações os dados coletados através de entrevistas, troca de informações, observações e conclusões baseadas nas leituras de estudiosos no assunto.

A expectativa com este trabalho foi conhecer como são utilizadas as chamadas salas de recursos e sua importância, como apoio, como mais um instrumento que a escola pode utilizar para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Conforme Alves & Silva (2002, p. 56) para proceder as análises de dados é necessário:

As questões advindas do problema de pesquisa (o que ele indaga o que quer saber); as formulações da abordagem conceituais que adota (gerando polos específicos de interesse e interpretações possíveis para os dados); a própria realidade sob estudo (que exige um "espaço" para mostra e suas evidências e consistências).

No processo de análise de dados é preciso manter a atenção sobre as questões abordadas e as devidas respostas, para que se tenha condições de estabelecer um paralelo entre o que se pesquisou e a realidade encontrada.

Muitas vezes, os dados computados apontam várias direções, mas sempre deixam caminhos para a compreensão da realidade em que se estabelece o problema.

Trabalhar com o modelo qualitativo facilita a identificação dos cuidados que requer uma pesquisa, preservando os dados colhidos para futuras verificações. Toda pesquisa requer interpretação dos dados através de cuidados éticos e considerações em relação ao que se apresenta nas questões propostas.

Este procedimento, conforme Oliveira (2010) conduz a uma maior proximidade e compreensão, e significados pessoais do problema pesquisado.

De acordo com Alves & Silva (2002) é exatamente porque pesquisar através de uma análise qualitativa quer dizer estar "apreendendo" o fenômeno dentro de todo o seu contexto e interpretando seu significado, que esses dois contatos — literatura e outros pesquisadores — são tão importantes e procurados com frequência. É através deles que o estudo se insere, de fato, na área, e se "atualiza" com as ideias e o pensamento do passado e do presente.

A análise das entrevistas realizadas com o grupo de pesquisados foi realizada conjuntamente, uma vez, que, as perguntas eram as mesmas e as respostas numa mesma direção. Os resultados foram analisados e discutidos a fim de se ter uma melhor visão sobre o trabalho com a educação inclusiva e as possibilidades positivas de se trabalhar tendo a sala de recursos como apoio pedagógico com os alunos de necessidades educacionais especiais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Ambiente das entrevistas

O ambiente propício para a realização das entrevistas foram: a biblioteca da escola, pois estava tranquilo, a secretaria da escola, no setor dos arquivos e a sala dos professores. O clima foi cercado de respeito mútuo e abertura para que o desenvolvimento das entrevistas obtivesse sucesso. A duração das conversas com os participantes foi de aproximadamente uma hora, a abordagem ao tema se deu na forma de questionamentos relacionados ao tema da pesquisa.

5.2 Entrevistas e Análises

Abaixo, um quadro identificando os participantes:

Quadro 2 – Participantes das Entrevistas – professores e pedagoga

Participante 1	Professora da sala regular
Participante 2	Professora da sala de recursos
Participante 3	Professora de apoio
Participante 4	Pedagoga Coordenadora do Ensino Médio

A educação inclusiva é um enorme desafio para qualquer sistema educacional. E representa uma nova caminhada, que vem sendo construída por pessoas que sonham formar uma sociedade justa, solidária, que esteja pronta para garantir os direitos de todos que nela vive.

A educação inclusiva vem sendo entendida como aquela que se apoia em uma visão ampliada do processo de ensino e de aprendizagem. Seguindo o princípio de que todos têm condições de aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas, a escola comum torna-se um lugar privilegiado para a construção de novos referenciais para que esses sujeitos possam conviver com seus pares, que não apresentam as mesmas particularidades, para que possam aprender novas noções e habilidades. Com relação a esse tema foram apresentados os seguintes relatos:

Bem... o direito à educação é para todos. Então temos que garantir a aprendizagem dentro das possibilidades, das limitações de cada um. Mas eles têm que ter acesso à educação como toda e qualquer pessoa. (Participante 1, 25/9/2015).

Para mim, a maior importância é a socialização. É levar o aluno especial e a sociedade a compreenderem que, apesar das diferenças, eles são iguais com direitos e deveres. E para que esse ensino seja eficiente temos que respeitar suas limitações e prepará-los para garantir o máximo de independência no seu dia a dia. (Participante 2, 1/10/2015).

De grande valia para a família e educando (Participante 3,30/9/2015).

A eficácia do ensino aos alunos com necessidades especiais está relacionada com um bom planejamento e estratégias diferenciadas em sala de aula, além de serem direitos dos alunos, podem levar a resultados significativos na aprendizagem. É fundamental também conhecer o aluno e ter aproximação com a experiência que ele vivencia, buscando conhecimentos frente aos desafios da educação especial. (Participante 4, 28/9/2015).

Quanto ao direito à inclusão, as professoras têm o mesmo pensamento contido na Constituição, nas leis e diretrizes do MEC, assim como na contribuição de Arnal & Mori (2003), quando defendem que a inclusão é uma proposta para respeitar a diversidade e incluir todo e qualquer indivíduo na educação escolar, garantindo-lhe aprendizagem de qualidade..

Todos reconhecem que a educação inclusiva é muito importante. Ao mesmo tempo percebemos que é grande a preocupação de pais, alunos e até professores sobre a qualidade do ensino de uma sala regular que possuem alunos, com necessidades especiais. Por isso foi colhida as seguintes opiniões:

Não concordo que os alunos especiais alteram a qualidade do ensino na sala regular. O que pode atrapalhar os resultados é o número excessivo de alunos nas turmas, o que não favorece um trabalho mais eficaz. (Participante 1, 25/9/2015).

Não, desde que o professor realmente aceite a inclusão, vendo esse aluno igual os outros, mas com algumas necessidades especiais. (Participante 2, 1/10/2015).

Não, na verdade todos somos diferentes. Por isso a necessidade de trabalho, estratégias diferenciadas. (Participante 3, 30/9/2015).

A professora sala regular tem razão em citar o número excessivo de alunos em sala de aula, como teor de dificuldade para que se estabeleça um ensino de qualidade. Quanto aos alunos especiais, devem ter as mesmas oportunidades que os demais têm. Coelho (2003) afirma que Educação Inclusiva pressupõe muito mais do que a garantia de vaga no sistema comum de ensino para os alunos com deficiência. Pressupõe uma reorganização das escolas, de forma a torná-las aptas a receber todos os alunos que procuram garantir respostas pedagógicas efetivas às necessidades que os alunos apresentam, de forma a promover não só o

seu desenvolvimento social, através da convivência com seus pares não deficientes, mas também proporcionar-lhes o acesso ao processo de aprendizagem.

Para que a escola esteja preparada, sabemos que é preciso que seu Projeto Político Pedagógico e seu currículo, atendam a inclusão. Sobre isso foram colhidas as seguintes considerações:

Dentro do Projeto Político Pedagógico da escola nós temos que atender a inclusão. Isso já é fato. Temos que desenvolver projetos em que todos os alunos sejam com necessidades ou não, as diferenças na escola, sejam atendidas para que a educação atinja seu objetivo principal. (Participante 1, 25/9/2015).

Eles deverão se adequar à nova realidade que a cada dia vem crescendo nas escolas, Sendo cada vez mais flexível para tentar atender ao máximo a necessidade individual de cada um. (Participante 2, 1/10/2015).

Adaptado às necessidades de cada especialidade. (Participante 3, 30/9/2015).

Para promover a inclusão esse projeto deve contemplar o atendimento às diferenças individuais de cada um, isto é, a diversidade. Só assim, o direito à aprendizagem será garantido a todos. (Participante 4, 28/9/2015).

O Projeto Político Pedagógico deve ser o foco dos educadores em qualquer situação, uma vez que, ele inclui todos os objetivos e ações que a escola pretende desenvolver na área da educação. Cada professor deveria ter uma cópia em mãos e a escola abrir discussão em torno dos objetivos alcançados e os que necessitam serem reavaliados.

Conforme a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009 o Projeto Político Pedagógico (PPP) define os fundamentos da estrutura escolar e deve ser coerente com os propósitos de uma educação que acolhe as diferenças. Segundo a Resolução nº 04 o professor da Sala de Recursos deve atuar de forma colaborativa com o professor da classe regular, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades especiais ao currículo e a sua interação no grupo; orientar as famílias para o seu desenvolvimento e a sua participação no processo educacional; preparar material específico para o uso dos alunos na sala de recursos.

Outra abordagem com os pesquisados foi sobre o envolvimento das famílias dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Além do Projeto Político Pedagógico e demais ações desenvolvidas na escola, para um bom resultado na aprendizagem, a escola tem que contar com um trabalho colaborativo, que envolve a família do aluno. Diante disso os professores disseram:

É muito importante que a família participe o tempo todo do desenvolvimento dos trabalhos, principalmente por serem especiais e cujo conhecimento das causas e problemas a família acompanha e assim pode colaborar com a escola no desenvolvimento dos filhos. (Participante 1, 25/9/2015).

Deve ser igual a de qualquer outro aluno, com parceria, com um único objetivo que é o bem estar e o bom desenvolvimento do aluno. (Participante 2, 1/10/2015).

De muita parceria. (Participante 3, 30/9/2015).

Na verdade, sem a parceria, da família dos alunos, com necessidades educacionais especiais não há como a escola desenvolver um bom trabalho com eles. À medida que a família apoia e participa, torna-se mais fácil conviver com as dificuldades desses alunos e ajudá-los a superar as mesmas.

Portanto, o apoio e o acompanhamento das famílias dos alunos é fator primordial para que a escola possa cumprir bem a sua função de educar e formar o ser humano. O dever da família com o processo escolar e sua importância é reconhecido na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996 em seu art.1º.

Ao serem questionados sobre a importância de uma estrutura montada como a sala de recursos na escola, todos concordaram que a escola precisa mesmo contar com esse ambiente, para ajudar os alunos especiais. E apesar da escola ainda não poder contar ainda com esse trabalho, nas salas de recursos, os professores demonstraram que reconhecem isso e disseram:

O trabalho na Sala de Recursos deve potencializar as habilidades daquele aluno e, em determinado momento, também acabar reforçando o que o professor está trabalhando em sala de aula para facilitar a aprendizagem do aluno em sala. (Participante 1, 25/9/2015)

A sala de recursos deve trabalhar de forma lúdica para desenvolver o cognitivo, o social e motor do aluno. Não importa a sua idade. Tem que trabalhar atividades para o raciocínio lógico, percepção, concentração e outros. (Participante 2, 1/10/2015).

O ideal seria que fosse individual, assim atenderia cada especialidade e o trabalho seria melhor para educador e educando. (Participante 3, 30/9/2015).

A sala de recursos é muito importante para o aluno com necessidades especiais, o trabalho deverá partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específica de cada aluno, oferecendo subsídios pedagógicos, contribuindo para aprendizagem da classe comum utilizando-se de metodologias e estratégias diferenciadas. (Participante 4, 28/9/2015).

Como o trabalho na sala de recursos deve acontecer no contraturno do horário da sala regular, conforme apregoa a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 (art.5º) muitos pais

optam por não levarem seus filhos. Nesse caso foi questionado, junto aos professores, sobre essa possibilidade, da não participação da família, no uso da sala de recursos. As opiniões dos professores foram:

A escola deve trazer a família... Repassar para ela todas as necessidades daquele aluno em estar presente, mas quando o pai faz essa opção a escola não tem muito o que fazer, não. Ela tem que cumprir esse lado pra que o aluno desenvolva as habilidades tanto quanto a sala de recurso ofereceria a ele. (Participante 1, 25/9/2015).

Conversar, conscientizando a família da importância e do ganho do aluno em ser atendido na sala de recurso. (Participante 2, 1/10/2015).

Não desanimar de convencê-la que é o melhor para o aluno. (Participante 3, 30/9/2015).

É direito do aluno e dever da família encaminhá-lo. O papel da escola é comunicar ao Conselho Escolar ou órgão competente. (Participante 4, 28/9/2015).

Todos concordaram que a família tem o dever de ser parceira da escola na educação dos filhos. Todos aprendem, simplesmente, com a interação, com a diversidade. Os pais de alunos, com necessidades educacionais especiais, devem garantir esse direito de aprendizagem, que está em nossa Constituição Federal de 1988 (art. 205).

Além, da importância da família, no contexto educacional, a questão da parceria entre o professor da sala de recursos e o professor da sala regular é fundamental. Os professores foram questionados como deveria acontecer esta parceria:

O professor da sala regular e o de recurso têm que estar constantemente em contato dentro do serviço pedagógico para que as habilidades do aluno sejam atendidas e dentro da sala de aula regular ele possa ter uma facilidade maior de captar a mensagem do professor. (Participante1, 25/9/2015).

O professor da sala regular é quem mais conhece as limitações do seu aluno, por isso deve colaborar com o professor da sala de recursos trocando informações buscando um melhor resultado na aprendizagem desse aluno. (Participante 2, 1/10/2015).

Clara e objetiva, para um bom trabalho. (Participante 3, 30/9/2015).

O professor da sala de recurso deve estabelecer articulação com o professor da sala comum previsto no Art. 13 do Decreto 6.571/2008 para que se disponibilizem os serviços, recursos e estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares. (Participante 4, 28/9/2015).

O professor da sala de recurso deve estabelecer articulação com o professor da sala comum previsto no Art. 13 do Decreto 6.571/2008 para que se disponibilizem os serviços,

recursos e estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares. Questionados sobre considerar o trabalho da sala de recursos como um reforço escolar, as opiniões foram assim colocadas:

Eu acredito que não, porque o aluno não vai fazer um reforço escolar, mas ele vai desenvolver as habilidades para facilitar o trabalho em sala de aula. (Participante 1, 25/9/2015).

Sim, muitos diretores e professores veem a sala de recurso como mais um apoio para alfabetizar ou de reforço nas matérias curriculares em que o aluno tem dificuldades. Isso às vezes torna o trabalho mais complicado. Cabe ao professor da sala de recurso mudar esta realidade, elaborando aulas criativas e diferenciadas para cada aluno. (Participante 2, 1/10/2015).

Sim, para muitos pais e até mesmo para alguns educadores. Mas não é. É sim, um aprendizado diferenciado. (Participante 3, 30/9/2015).

Naturalmente, quando os alunos são retirados da sala regular para outro ambiente educativo, cria-se um tipo de percepção que leva a crer que a sala de recursos é apenas um lugar onde os alunos terão reforço sobre a aprendizagem. Inclusive, os pais chamam o atendimento de reforço. No entanto, cabe aos professores mudar esse tipo de visão, mostrando que o que se faz é oportunizar aos alunos novas formas de aprendizagem, pois desenvolvem habilidades, utilizam instrumentos de apoio que vão facilitar sua aprendizagem na sala regular. E, principalmente, trabalham para que os alunos adquiram maior autonomia. Paraná (2011) afirma que se o trabalho da Sala de Recurso for bem realizado, será de grande ajuda para os alunos especiais e de grande apoio para o professor da sala regular.

Como o trabalho nas salas de recursos é diferenciado, pois conta com materiais adaptados, é preciso que haja um trabalho bem direcionado, conduzido de forma a perceber as potencialidades de cada um, que seja instigador e motivador. Os professores falaram sobre isso através dos seguintes relatos:

As aulas devem ocorrer de forma que facilitem a aprendizagem e absorção do conhecimento do aluno. Sabendo o professor que o aluno vai adquirir o conhecimento de acordo com as limitações dele, ele tem que ter o conhecimento básico daquele assunto e a sala de recurso vem auxiliar o professor nesse ponto. Além disso, o professor tem que saber das limitações desse aluno. (Participante 1, 25/9/2015).

Respeitando suas limitações e valorizando cada nova conquista do aluno. Criando novos métodos para adequar as atividades ao aluno especial. (Participante 2, 1/10/2015).

Buscando inovar dia a dia para um melhor ensino aprendizagem. (Participante 3, 30/9/2015).

Uma estrutura bem montada com equipamentos adaptados, com recursos variados necessita ser utilizada de forma coerente, sendo que a professora da sala regular necessita

estar sempre buscando apoio da professora específica deste ambiente priorizando o apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, não se devem valorizar as atividades complementares como aulas de reforço, mas como apoio para a aprendizagem.

Sobre os fatores que a professora citou como de grande importância, Paraná (2011); Góes (2008) e Coelho (2005) também discutem esses fatores e incluem a Sala de Recursos como ponto positivo na colaboração da educação dos alunos especiais.

As atividades desenvolvidas nas salas de recursos devem ser baseadas nas limitações e dificuldades detectadas pelos professores. Deverão desenvolver habilidades e promover a autonomia de cada um. Sobre esse assunto os professores disseram:

As atividades devem ser elaboradas de acordo com as limitações que o aluno apresenta. Seja ela visual, seja auditiva, seja física, motora. Então essas atividades serão elaboradas para que essas limitações ocupem campo um tanto menor, para que eles consigam ultrapassar as barreiras e limites. (Participante 1, 25/9/2015).

Elas devem ser elaboradas de forma criativa e diferenciadas, através de jogos diversificados atendendo à necessidade de cada um, individualmente, ou não. Não com o objetivo de reforço escolar, mas para desenvolver a coordenação motora, o cognitivo, o social. (Participante 2, 1/10/2015).

Na forma adequada às suas limitações. De forma a chamar a atenção do aluno. Atividades que despertem seu interesse. (Participante 3, 30/9/2015).

Quando o professor conhece o aluno fica mais fácil elaborar atividades que colaboram com a aprendizagem. A professora tem razão em dizer que devem ser respeitadas as limitações dos alunos, uma vez que, não adianta exigir tarefas que eles não darão conta.

De acordo com a teoria de Moretti e Corrêa (2009, p. 487) na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, "pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno tenha desempenho e permaneça na classe comum, com sucesso escolar". Teoria que vem ao encontro aos pensamentos das professoras, em questão.

Outros fatores foram em torno do entrosamento entre professor da sala regular e professor da sala de recursos, materiais pedagógicos adequados, apoio das famílias, acompanhamento das atividades pelos coordenadores, adaptação da Educação Inclusiva ao Projeto Político Pedagógico da escola, enfim, todos os recursos possíveis para tornar, esse espaço, realmente como mais um apoio para os alunos especiais. O atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico

favorecem a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

Sobre os fatores que os professores citaram como de grande importância, Paraná (2011); Góes (2008) e Coelho (2005) também discutem esses fatores e incluem a sala de recursos como ponto positivo na colaboração da educação dos alunos com necessidade educacionais especiais.

Para Volkmann (1999,p.46) a sala de recurso “... é a opção mais viável e segura dentre as modalidades de uma educação especial. Acreditamos ser a menos segregadora, desde que seja realizado um trabalho competente por parte dos professores e escola”. É importante uma ação pedagógica que promova uma aprendizagem que deve ser apropriada a todos os alunos, para que todos possam ser incluídos socialmente com as mesmas chances, indiferentemente de suas condições.

Outro fator abordado foi a escolha da família em não deixar seu filho frequentar a sala de recursos, uma vez que, o atendimento acontece no contra turno do horário em que estuda. Todos concordam que apesar das dificuldades é preciso incentivar os pais. Fazê-los acreditar que é possível a aprendizagem e como é importante o convívio social entre eles.

Através de uma conversa informal com alguns professores, durante o intervalo, de uma aula e outra, pude detectar as expectativas de alguns professores sobre o trabalho que será realizado numa estrutura, como a sala de recursos, que será implantada na escola. Como esse trabalho pedagógico, realizado nas salas de recursos, está baseado nas dificuldades que surgem na aprendizagem da sala regular, na opinião desses professores:

O trabalho vai contribuir muito na aprendizagem dos alunos, na sala regular, porque um professor da sala de recursos oferece um serviço especializado e está preparado para um atendimento diferenciado, com atividades apropriadas às necessidades do aluno, o que facilita a aprendizagem. Alguns disseram que dependeria da qualidade dessas atividades, dos recursos pedagógicos que teriam acesso e da forma como esse trabalho se desenvolveria. (Grupo de professores, 5/10/2015).

Grandes são as expectativas desses professores sobre esse trabalho. Na opinião deles:

As expectativas eram boas, mas que dependeria de um trabalho colaborativo (entre professores da sala regular, de apoio, da sala de recurso, serviço pedagógico, direção e família). Entretanto, todos acham que sempre resultará em mais aprendizagem. (Grupo de professores, 5/10/2015).

Sabendo que esse trabalho é realizado, com os alunos, nas salas de recursos é desenvolvido com ajuda de materiais adaptados, apropriados às dificuldades de cada um. Sobre como isso ajuda o aluno, disseram:

Que será através do tipo de material, mobiliários usados, que são apropriados, adaptados. Materiais coloridos, os recursos tecnológicos são atraentes, portanto os alunos ficarão mais estimulados, resultando num resultado melhor da aprendizagem.
(Grupo de professores, 5/10/2015).

Analisando o resultado dessa conversa podemos observar grandes expectativas com relação ao funcionamento de mais um instrumento de apoio como o da sala de recursos e, reconheceram sua importância na inclusão do aluno. Porém advertiram que se o atendimento não for qualificado pode não resultar na inclusão.

De acordo com Arnal e Mori (2003, p.3) o trabalho só será bem avaliado e desenvolvido se realmente forem usados dispositivos que se adéquem a cada um, assegurando assim, a aprendizagem.

5.3 Entrevista com Assistente Técnico da Educação Básica

Os questionamentos foram sobre a forma de inserir o aluno com necessidades educacionais especiais no sistema mineiro de educação o SIMADE. Expliquei a importância dessas informações para a minha pesquisa e o fato de a participante ser colega de curso e já saber do procedimento, agilizou o processo do trabalho. Sobre como o aluno com necessidades educacionais especiais é inserido no sistema, isto é, na rede estadual de ensino, a funcionária informou:

Quando o aluno vem de escola estadual do nosso estado ele já vem com cadastro das suas informações básicas: nome completo data de nascimento, nome dos pais, endereço, código da instalação e do cliente da CEMIG, se utiliza transporte escolar municipal, dados dos documentos pessoais. Depois dessas informações abre-se o cadastro estendido com informações sobre alguns dados pessoais dos alunos com relação aos dados de saúde. Nesse caso só precisamos associá-lo à nossa escola e tudo já vem para nosso arquivo, só necessitando mudar alguns pontos, como endereço atual, ou novo tratamento, medicamento, diagnóstico, por exemplo. Caso o aluno venha da rede municipal ou da rede particular será necessário fazer todo o processo, pois o aluno não tem o arquivo gravado no sistema. (Assistente Técnica, 7/10/2015)

Após a matrícula, a funcionária informou, também, como é solicitado o atendimento especializado e, posteriormente, a sala de recurso:

No SIMADE existe uma funcionalidade “Solicitação do AEE” que tem como objetivo permitir que a escola realize a solicitação de um atendimento especializado para alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação. Depois que fazemos o cadastro citado acima, sempre acompanhado de relatório clínico oferecido por profissional da área de saúde, solicitamos o AEE que será encaminhado à Superintendência de Ensino, que será analisado e posteriormente liberado. Para o caso da Sala de Recursos é necessário que ela seja aprovada, através de visitas feitas pelo responsável do setor na SRE, relatórios preenchidos, reuniões com os envolvidos. Após esse processo, para o aluno ser enturcado no Atendimento Especial inserimos no seu cadastro o pedido da Sala de Recurso descrevendo de forma clara o motivo dessa solicitação. (Assistente Técnica, 7/10/2015)

Durante a entrevista com a funcionária da secretaria escolar, percebeu-se a importância de a escola seguir as normas e regulamentos exigidos pelos órgãos responsáveis e profissionais responsáveis pela inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Naturalmente, toda informação sobre os alunos deficientes ou não, é muito importante que haja atendimento de forma adequada oferecido pela escola.

Todos os teóricos abordam a importância da escola conhecer bem seus alunos e as dificuldades que eles apresentam para favorecer o projeto de inclusão. Os documentos exigidos ficam a cargo dos órgãos estaduais e federais e são registrados no SIMADE, que é um banco de dados com todas as informações sobre a educação das escolas estaduais em Minas Gerais.

A Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG) assegura às escolas os serviços que devem ser desenvolvidos na escola inclusiva. Todas as informações registradas pela escola, no SIMADE, são repassadas para a SRE (Superintendência Regional de Ensino). Esse monitoramento das escolas é feito pelo setor SEDINE (Serviço de Documentação e Informações Educacionais) que capacitam e orientam as escolas no preenchimento das informações que são repassadas para o Educacenso (Censo Escolar).

Com as análises dos dados colhidos nas entrevistas, percebeu-se um enfoque bastante positivo em sua organização, em sua orientação, segundo os princípios da inclusão. Foi preciso um processo, ainda em andamento, de quebrar preconceitos, fortalecer a participação, eliminar barreiras, não só arquitetônicas, mas também nas práticas educativas.

Na relação entre os estudantes, percebeu-se um respeito às diferenças (pelo menos pela maioria) tornando o ambiente acolhedor às diferenças.

A educação inclusiva, quando bem entendida, melhora a qualidade de ensino para todos, especiais ou não, pois impulsiona a busca de mudanças nas práticas, nas metodologias utilizadas e na reavaliação constante, quando necessária, dos procedimentos.

Os professores sentem que necessitam melhorar sua atuação, de acordo com alguns depoimentos registrados nas entrevistas. Criando novos métodos para adequar as atividades a cada aluno. De acordo com (Ferreira, 2006) “[...] a prática precisa ser repensada, não adianta esses alunos estarem num mesmo espaço físico sem participarem das atividades comuns a todos”.

A comunidade escolar também espera contar com mais uma estrutura de apoio, que será implantada na escola: a sala de recurso, esse ambiente montado com equipamentos adaptados, outro instrumento utilizado para o atendimento no ensino inclusivo.

Alguns professores também pensam em utilizar alguns desses materiais disponíveis, que possam ser levados para as salas regulares, com um trabalho onde a relação de troca de habilidades, troca de experiências, proporciona uma aprendizagem diferenciada. De acordo com estudiosos como Mendes e Capellini citados anteriormente, na pesquisa.

Conclui-se que, a inclusão escolar deve levar em conta os pontos que podem favorecê-la como:

- a) A criação de um ambiente acolhedor que acomode a diversidade, incluindo alunos, professores e pais;
- b) Estabelecer uma rede de apoio para todos os seguimentos envolvidos, para favorecer a reflexão e o respeito às dificuldades de qualquer um (sejam professores, pais ou alunos);
- c) Distribuir as responsabilidades entre o governo, a sociedade, a escola, os professores e os pais;
- d) Buscar uma assistência especializada de apoio constante, tanto para o professor como para o aluno. Observar a possibilidade de uma grande parceria entre a escola especial e a escola de ensino regular. O profissional que vai fazer a assistência deve ter experiência na área;
- e) Prover a formação mais abrangente e continuada de todos os profissionais da escola, incluindo reuniões periódicas com a presença dos pais, para que se salientem as vitórias e as dificuldades, buscando sugestões em conjunto para a melhoria desejada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu compreender, que, apesar da escola ser inclusiva, possuir acessibilidade com as reformas físicas da construção, para os alunos com necessidades educacionais especiais, ainda caminha no processo desse desenvolvimento. De acordo com Carvalho (2005) "[...] a educação inclusiva é um longo processo e não ocorre por decreto ou modismos", e ainda, de acordo com a autora "não é o aluno que se adapta à escola, mas a escola se coloca à disposição dele".

A escola buscou modificar seu Projeto Político Pedagógico com ações que respeitam e valorizam a diversidade. Alguns profissionais buscam uma educação continuada e contam com mais um instrumento de apoio que será montado, a sala de recurso, um espaço, a mais, para se trabalhar com as diferenças.

Sua gestão, professores, coordenadores pedagógicos e demais funcionários entendem que educação inclusiva é educar todos num mesmo contexto escolar. Reconhecem as dificuldades, mas sabem dos direitos que todos têm de "aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a conviver" (Carvalho, 2005).

Todos esperam contar com a participação das famílias, colaborando com as informações sobre seus filhos e apoio nas atividades que favoreçam seu crescimento, contribuindo para um melhor resultado.

Os professores pesquisados foram favoráveis à inclusão, propondo condições adequadas para isso, como a diminuição de alunos nas salas de aula, para que pudessem fazer um acompanhamento mais individualizado, recursos materiais adaptados disponíveis, a necessidade de apoio especializado, mostrando a insegurança de alguns pela falta de uma formação mais adequada para atender a inclusão. Contudo, esse fator acaba sendo, em certo ponto, positivo, pois acabam buscando a necessidade de um trabalho colaborativo, resultando em melhora no resultado da aprendizagem.

O resultado da pesquisa também mostrou que os participantes consideram que a inclusão dos alunos com necessidades diferenciadas não diminui o resultado da aprendizagem da sala comum. Consideram que a educação inclusiva favorece a socialização de todos os alunos, uma vez que, aprendem a conviver com a diversidade.

Na construção de uma escola inclusiva e de qualidade, Ferreira (2006, p.3-4) afirma que: "... é preciso que seus professores sejam preparados para trabalhar a pluralidade, com as diferentes especificidades. Com currículos que trabalham a igualdade, a convivência pacífica,

aprendizagem mútua, a tolerância e justiça social.” Esse aprendizado acontecerá no cotidiano escolar, através de cada ação, cada atividade desenvolvida.

É preciso lembrar que a escola sozinha não conseguirá desenvolver um projeto tão importante e arrojado. É notório que lidar com as diferenças não é fácil. É preciso trabalhar a sensibilidade, a compreensão, a aceitação e vontade de aceitar e se envolver de todos os agentes que participam ou participarão do projeto de inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; BLINKSTEIN, I. Análise da narrativa. *In*: SILVA, A. B. da. **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ARNAL, Leila de Souza Peres; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos**. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2003/242.pdf>> Acesso em 15 de set. de 2015.

BOMTEMPO, Luzia. **Alfabetização com sucesso**. Contagem: Oficina Editorial, 2003.

BRANCO, A.U.; VALSINER, J. **Alterar Metodologias: estudo co-construtivista de orientações de meta em interações sociais**. Psicologia e Sociedades em Desenvolvimento, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física**. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. MEC/SEESP/SEED. Brasília: Distrito Federal, 2007.

_____. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado** – Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=28820&co_midia=2> Acesso em 20 de set. de 2015.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O olhar de pais de alunos com deficiência mental sobre o ensino colaborativo *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 4., 2007, Londrina. Anais... Londrina: Editora da UEL, 2007a. v.1. p. 1-8.

_____. O ensino colaborativo: favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. *Educere et Educare*, v. 2, p. 113-128, 2007b.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COELHO, Eunice Margaret. **Trajetória de construção de uma política pública: limites e possibilidades da inclusão social**. Dissertação de mestrado. Escola de governo da Fundação João Pinheiro, 2003.

DAVIS, Cláudia; Oliveira, Zilma. *Pedagogia na Educação*. São Paulo: Cortez, 1993

FERREIRA, Windy B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. *In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GÓES, Ricardo Schers de. **O Material Pedagógico Adaptado como Ferramenta e não como Fim: uma Reflexão a respeito da Inclusão de Pessoas com Deficiência Neuro-Motora**, 2008. Disponível em: <<http://forum.ulbratorres.com.br/2008/.../PALESTRA%20-%20GOES.pdf>> Acesso em 26 de maio de 2015.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. 2003.p.11-25.

MORETTI, Ivete Goldoni; CORRÊA, Nesdete Mesquita **A Sala de Recursos como Atendimento Educacional Especializado para a 'Inclusão' de Alunos com Deficiência Mental em Classes Comuns**. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/059.pdf>> Acesso em 15 de set. 2015.

MEIRIEU, P.O. **Carta a um jovem professor**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos**, 2011. Curitiba, PR, 2006. 58p.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI) - relatório criado pela escola de acordo com normas da SEE/MG - Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação/Superintendência de Educação/Diretoria da Educação Especial, 2015.

SÁ, Elizabet Dias de. **Necessidades Educacionais Especiais. Diário do Professor – Educação Inclusiva**; SEE/MG, 2000.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994.

VOLKMANN. T. O. D. Sala de recursos: uma opção para a superação das dificuldades de aprendizagem. 46 f. Monografia (Curso de especialização em Educação Especial) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 1999.

VYGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista Semiestrutura – Professor de Sala Regular

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA

PROFESSOR DE SALA REGULAR - FOCO

Preparando para o início

Antes de iniciar a entrevista, verificar se houve o preenchimento do Termo de consentimento por parte deste. Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Iniciando a entrevista

Dado inicial: Entrevista semiestruturada com o professor - foco

Duração da entrevista: _____

Local da entrevista _____

Informações sobre o professor entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Há quanto tempo trabalha nessa área?

Informações do professor com relação à escola e o aluno - foco

- 1) Alunos com necessidades especiais atrapalham a qualidade de ensino da sala regular de ensino?
- 2) Ao promover a inclusão, como deve ser o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo da escola?
- 3) Para você, como deve ser o trabalho na sala de recursos?
- 4) Como deve ser a relação entre escola/professores e a família do aluno atendido?
- 5) O que fazer se a família optar por não levar o aluno à sala de recursos?
- 6) O trabalho da sala de recursos se confunde com atividades de reforço escolar? Por quê?

- 7) Como deve ser a comunicação entre o professor da sala regular e o professor da sala de recursos?
- 8) Como garantir que, além de frequentarem as aulas, essas crianças e jovens aprendam de verdade?
- 9) Como deverão ser elaboradas as atividades para o atendimento ao aluno especial na sala de recursos?

Apêndice B – Entrevista Semiestruturada- Professor da Sala de Recursos

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA

PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS - FOCO

Preparando para o início

Antes de iniciar a entrevista, verificar se houve o preenchimento do Termo de consentimento por parte deste. Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Iniciando a entrevista

Dado inicial: Entrevista semiestruturada com o professor - foco

Duração da entrevista: _____

Local da entrevista _____

Informações sobre o professor entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

- 3) Qual a sua formação?
- 4) Há quanto tempo trabalha na área?

Informações do professor com relação à escola e o aluno - foco

- 1) Qual sua opinião sobre a importância do ensino aos alunos com necessidades especiais?
- 2) Alunos com necessidades especiais atrapalham a qualidade de ensino da sala regular de ensino?
- 3) Ao promover a inclusão, como deve ser o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo da escola?
- 4) Para você, como deve ser o trabalho na sala de recursos?
- 5) Como deve ser a relação entre escola/professores e a família do aluno atendido?

- 6) O que fazer se a família optar por não levar o aluno à sala de recursos?
- 7) O trabalho da sala de recursos se confunde com atividades de reforço escolar? Por quê?
- 8) Como deve ser a comunicação entre o professor da sala regular e o professor da sala de recursos?
- 9) Como garantir que, além de frequentarem as aulas, essas crianças e jovens aprendam de verdade?
- 10) Como deverão ser elaboradas as atividades para o atendimento ao aluno especial na sala de recursos?

Apêndice C – Entrevista Semiestrutura – Professor de Apoio

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA PROFESSOR DE APOIO - FOCO

Preparando para o início

Antes de iniciar a entrevista, verificar se houve o preenchimento do Termo de consentimento por parte deste.

Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Iniciando a entrevista

Dado inicial: Entrevista semiestruturada com o professor - foco

Duração da entrevista: _____

Local da entrevista _____

Informações sobre o professor entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

- 5) Qual a sua formação?
- 6) Há quanto tempo trabalha na área?

Informações do professor com relação à escola e o aluno - foco

- 1) Qual sua opinião sobre a importância do ensino aos alunos com necessidades especiais
- 2) Ao promover a inclusão, como deve ser o Projeto Político Pedagógico(PPP) e o currículo da escola?
- 3) Para você, como deve ser o trabalho na sala de recursos?
- 4) Como deve ser a relação entre escola/professores e a família do aluno atendido?
- 5) O que fazer se a família optar por não levar o aluno à sala de recursos?
- 6) O trabalho da sala de recursos se confunde com atividades de reforço escolar? Por quê?
- 7) Como deve ser a comunicação entre o professor da sala regular e o professor da sala de recursos?
- 8) Como garantir que, além de frequentarem as aulas, essas crianças e jovens aprendam de verdade?
- 9) Como deverão ser elaboradas as atividades para o atendimento ao aluno especial na sala de recursos?

Apêndice D – Entrevista Semiestrutura – Coordenador Pedagogo

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA

COORDENADOR PEDAGOGO - FOCO

Preparando para o início

Antes de iniciar a entrevista, verificar se houve o preenchimento do Termo de consentimento por parte deste.

Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Iniciando a entrevista

Dado inicial: Entrevista semiestruturada com o coordenador - foco

Duração da entrevista: _____

Local da entrevista _____

Informações sobre o professor entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

- 7) Qual a sua formação?
- 8) Há quanto tempo trabalha na área?

Informações do coordenador com relação à escola e o aluno - foco

- 1) Qual sua opinião sobre a importância do ensino aos alunos com necessidades especiais
- 2) Alunos com necessidades especiais atrapalham a qualidade de ensino da sala regular de ensino?
- 3) Ao promover a inclusão, como deve ser o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o currículo da escola?
- 4) Para você, como deve ser o trabalho na sala de recursos?
- 5) O que fazer se a família optar por não levar o aluno à sala de recursos?
- 6) Como deve ser a comunicação entre o professor da sala regular e o professor da sala de recursos?

Apêndice E – Conversa Informal – Grupo de Professores

PEQUENO GRUPO DE PROFESSORES - FOCO

Preparando para o início

Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Informações dos professores com relação às expectativas da implantação da sala de recursos /aluno – foco

- 1) Como acreditam que a sala de recursos poderá apoiar o trabalho do professor da sala regular?
- 2) Quais as expectativas com essa implantação da sala de recursos?
- 3) Como acreditam que a sala de recursos poderá apoiar o trabalho com o aluno?

Apêndice F - Entrevista Semiestrutura – Assistente Técnica do Ensino Básico

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA

ASSISTENTE TÉCNICA DO ENSINO BÁSICO

Preparando para o início

Antes de iniciar a entrevista, verificar se houve o preenchimento do Termo de consentimento por parte deste.

Esclarecer sobre os objetivos dessa entrevista e sobre o sigilo em relação às respostas e à identidade do entrevistado.

Iniciando a entrevista

Dado inicial: Entrevista semiestruturada com o Assistente Técnico da Educação Básica- foco

Duração da entrevista: _____

Local da entrevista _____

Informações sobre o profissional entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

9) Qual a sua formação?

10) Há quanto tempo trabalha na área?

Informações do profissional de como inserir o aluno com necessidades especiais no Sistema Mineiro de Educação- SIMADE

1) Como é feita a matrícula do aluno com necessidades especiais nas escolas estaduais de Minas Gerais?

2) Como é solicitado o atendimento especializado, com direito a professor de apoio em sala de aula regular e posteriormente à sala de recursos, quando estiver funcionando?

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____